

O PROFESSOR ALFABETIZADOR NA POLÍTICA DE CURRÍCULO PRESCRITIVO EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Jorcelina Elisabeth Fernandes¹
Elaine Cristina Todt²

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado é parte de uma pesquisa mais ampla em desenvolvimento pelo Grupo de Pesquisa: Currículo, Formação e Práticas Escolares do Programa de Pós-Graduação em Educação - IE/UFMT intitulada: *Política de Currículo Prescritivo no Sistema Público Municipal de Educação de Mato Grosso*. Com o desenvolvimento desta pesquisa pretende-se responder a seguinte questão: por que e como algumas redes municipais de ensino do Estado de Mato Grosso adotam os currículos prescritos – “apostilados” de empresas do mercado educacional brasileiro como política curricular do sistema público no ensino fundamental?

Em um País como o nosso, que contém um grande contingente populacional que não concluí a escolarização fundamental, portanto precisando da presença incondicional do Estado para a ampliação do acesso e da qualidade, há de se questionar que postura educacional é essa em que o Estado passa para o mercado educacional a formação dos cidadãos que estão efetivamente sob sua responsabilidade, uma vez que educação é direito de todos e não mercadoria.

Articulada a esse projeto, a presente pesquisa enfoca o papel dos professores alfabetizadores proposto nos documentos da prescrição curricular de uma empresa do mercado educacional, presente em um município de Mato Grosso. Compreender o papel curricular dos professores alfabetizadores nesta política curricular torna-se fundamental para o campo do currículo e em especial para a política de currículo de alfabetização, pois todos sabem que o professor é o ator educacional fundamental nesta política educacional.

A definição do papel do professor em qualquer política curricular torna-se significativa, pois sua participação no processo formativo do aluno é determinante na definição da educação escolar que é assumida pela escola. O currículo é neste estudo compreendido como uma construção política e cultural que se concretiza no processo formativo que a escola realiza – no processo de escolarização.

Para realizar os estudos desta problemática temos como quadro teórico as contribuições de Ball (2001, 2004, 2005, 2006, 2007), sobre a performatividade e o trabalho docente; de Goodson (1995) e Giroux (1992) sobre a prescrição curricular e Lopes (2005, 2006) e Macedo (2006^a, 2006b, 2006c) nas discussões que fazem sobre a recontextualização e o hibridismo presentes na política curricular no contexto da escola, dentre outros.

Ao conceber o currículo como política cultural destaca-se que no processo de produção da política curricular circulam práticas, discursos e textos que tem como base uma concepção de escola, de currículo e de atores educativos que não é possível desconsiderar.

¹ PPGE/UFMT - jorce@ufmt.br.

² PIBIC/UFMT/FAPEMAT.

O estudo proposto está focado nas redes municipais de ensino que adotam a política curricular de empresas do mercado educacional. Nos diferentes contextos desses sistemas públicos desencadeiam-se processos de definições de políticas educacionais e curriculares semelhantes “ao de mercado com implicações não só para práticas de trabalho, métodos organizacionais e relações sociais, mas também para os valores e políticas de escolarização”. [...] “Baseadas em princípios de mercado, as escolas do sistema público passam a funcionar efetivamente como pequenas empresas tanto com relação à demanda como na oferta do conhecimento escolar a seus alunos” (GEWIRTZ & BALL, 2010, p.149).

Nesta pesquisa estamos interessados em produzir conhecimentos que contribuam para o aprofundamento da compreensão sobre o papel curricular do professor em termos de sua autonomia e poder para lidar com o currículo escolar. Que disputas e concepções se fazem presentes e como constroem a identidade do professor da escola pública. Que lógicas se fazem presentes na definição da ação docente do professor alfabetizador. Por outro lado, há também a necessidade de se levantar as concepções de alfabetização e de aluno aprendiz presentes nesses documentos oficiais da política curricular adotada.

Desta forma, no estudo aqui proposto utilizaremos a mesma postura metodológica adotada no Projeto de Pesquisa matriz, ao qual está vinculado. Assim, utilizaremos a metodologia qualitativa descritiva na abordagem do ciclo de políticas de Ball et al (1992, 1994). Em seus estudos na área de política educacional e curricular, em particular na proposição do ciclo de políticas como um método de análise das políticas Ball et al não desconsidera a importância da análise do Estado, mas afirma a necessidade de uma compreensão mais articulada no processo de definição, produção e implementação das políticas.

O ciclo de políticas é constituído de cinco contextos: o contexto de influência, o contexto de produção do texto, o contexto da prática, o contexto de resultado e o contexto de estratégias políticas. Para os autores o que é significativo é a inter-relação existente entre esses contextos, a não existência da dimensão temporal e seqüencial, e que os mesmos não são etapas lineares.

A política de prescrição curricular será enfocada neste estudo, no contexto de produção do texto, proposto por Ball et al, no sentido de trazer para dentro desta discussão curricular a compreensão da variedade de intenções e disputas que influenciam a definição do papel do professor alfabetizador no processo político de produção dos textos das instituições privadas do mercado educacional. Assim tem-se como questão central do estudo. Que papel o professor alfabetizador deve exercer no processo de recontextualização dos currículos prescritos adotados pelas redes públicas municipais para o ensino fundamental?

O lócus do estudo será uma rede municipal que adota a política de currículo prescrito de uma instituição do mercado educacional. Os textos objeto de estudo e análises serão aqueles produzidos por essa instituição e que estiver em documentos oficiais socializados na SME, nos sites da referida empresa educacional. Também serão analisados os documentos oficiais da política de currículo da Secretaria Municipal de Educação envolvida no estudo.

Para a análise dos documentos serão elaboradas e utilizadas fichas analíticas onde serão caracterizados os conceitos de professor, de professor alfabetizador; as concepções de currículo, de currículo da alfabetização, de formação inicial e continuada; as ações docentes didáticas e curriculares do professor alfabetizador cujos significados dão sustentação a política de currículo prescritivo proposta.

Serão também utilizados questionários que serão aplicados aos professores de algumas escolas da respectiva rede municipal, com o objetivo de levantar a compreensão que eles possuem sobre o seu papel no currículo que estão adotando e desenvolvendo junto aos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática do estudo proposto é bastante inovadora considerando que no Brasil existem poucas produções de pesquisas sobre a adoção pela rede pública do currículo apostilado, produzido pela rede privada. A proximidade do mercado educacional dos sistemas públicos nas diversas regiões do Brasil, em particular com um avanço significativo no Centro-Oeste, Norte e Nordeste tem chamado a atenção de pesquisadores da educação, em algumas Universidades brasileiras.

A relevância deste estudo encontra-se na possibilidade de exercitarmos posturas de estudos e pesquisas no campo do currículo, descentrando o foco do sentido da política educacional centrada institucionalmente nos governos. Esta postura teórico-metodológica é importante uma vez que a temática aqui em discussão traz um deslocamento de postura política quando o governo municipal toma para si a adoção de uma política curricular baseada nos princípios do mercado educacional, criando possibilidades de discussões sobre os processos significativos aos seus propósitos de instituição pública.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. The micro-politics of the school: towards a theory of school organization. London: Routledge, 1987. (Já publicado como: BALL, S. J. **La micropolítica de la escuela: hacia una teoría de la organización escolar**. Barcelona: Paidós, 1989.)

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, p.99-116, dez. 2001. Internet em: <http://www.curriculosemfronteiras.org>.

BALL, S. J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem Estar Social. **Educação & Sociedade**, v.25, n.89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*. v.35.n.126. São Paulo. set./dez.2005.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, n.2, p.10-32, jul/dez.2006. Internet em: <http://www.curriculosemfronteiras.org>.

BALL, S. J. MAGUIRE, M. Discursos da reforma educacional no Reino Unido e Estados Unidos e o trabalho dos professores. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v.2, n.2, p.97 – 104 jul/dez. 2007.

GARCIA, C. M. Formação de professores: uma mudança educativa. Porto-Portugal: Porto Editora, 1999.

GIROUX, Henry. **Escola crítica e Política cultural**. 3ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

GOODSON, I. F. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOPES, A. C. Política de currículo: recontextualização e hibridismo. **Currículo sem fronteiras**, v.5, n.2, p.50-64, jul/dez. 2005. Internet em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>.

LOPES, A. C. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem fronteiras**, v.6, n.2, p.33-52, jul/dez. 2006. Internet em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>.

MACEDO, E. F. Currículo: política, cultura e poder. **Currículo sem fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 98-113, jul/dez. 2006. Internet em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>.

MACEDO, E. F. (Org.) **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 159-184.